

AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0398-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.982221008>

1. Ciências humanas. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea, *As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais*, reúne neste volume vinte e dois artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas dos vários saberes que compreendem as Ciências Humanas.

Esta coletânea parte da necessidade de se abordar os mais diversos fenômenos sociais e culturais, passando pelas peculiaridades da educação, do conhecimento psicológico, da sociologia, da história e da arte, na tentativa de demonstrar a complexidade que das relações humanas em sociedade, influenciados por uma cultura.

Espero que consiga colher desses artigos que se apresentam, boas questões, e que gerem diversas discussões para a evolução do conhecimento sobre o fator humano.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ANÁLISE DA TRANSFORMAÇÃO NARRATIVA DAS SÉRIES TELEVISIVAS

Lisandro Magalhães Nogueira

Victor Hugo de Carvalho Caldas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9822210081>

CAPÍTULO 2..... 9

VESTÍGIOS DA FICÇÃO E A RELAÇÃO COM O APRENDER HISTÓRIA: HARRY POTTER E A OUTRA IDADE MÉDIA

Edilson Aparecido Chaves

Geovana Pereira de Souza Adonis

Giovanna Iancoski Guilherme

Lucas Gabriel Muller Silva

Maria Isabel de Oliveira Meira

Vanessa Lopes Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9822210082>

CAPÍTULO 3..... 20

OS FIGURINOS DE *THE UNTAMED* COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E ALEGORIAS PARA ALÉM DA CENSURA

Juliana Gomes Pirani

Tatiana Machado Boulhosa

Guilherme William Udo Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9822210083>

CAPÍTULO 4..... 37

O COMPLEXO DO DEMIURGO LITERÁRIO ENTRE A POÉTICA DE WILLIAM BLAKE E A CASA QUE JACK CONSTRUIU (2018), DE LARS VON TRIER

Gabriela Sá Pauka

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9822210084>

CAPÍTULO 5..... 53

ESCREVIVÊNCIAS E TRAVESSIAS NOS CONTOS DOS PALABRAS E AYOLUWA A ALEGRIA DE NOSSO POVO DE ISABEL ALLENDE E CONCEIÇÃO EVARISTO

Ezilda Maciel da Silva

Amilton José Freire de Queiroz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9822210085>

CAPÍTULO 6..... 63

A RELEVÂNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA E OS SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Anna Beatriz Martins Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9822210086>

CAPÍTULO 7	77
TRADIÇÕES CONFESSIONAIS CHINESES – ANÁLISE INTRODUTÓRIA	
Adelcio Machado dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9822210087	
CAPÍTULO 8	86
DANÇAS BRASILEIRAS: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS EM CONTEXTO ESCOLAR	
Sirlane Maria do Carmo Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9822210088	
CAPÍTULO 9	94
CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O TERRITÓRIO COMO FATOR DE RISCO OU PROTEÇÃO	
Ana Paula StHEL Caiado	
Karool Malikouski de Amorim	
Ana Carolina Borges Barbosa	
Ronison Loureiro Leppaus	
Dafne Araújo Fontana	
Karen de Araújo Pereira	
Heitor Croce	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9822210089	
CAPÍTULO 10	104
ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA DE FICÇÃO: HARRY POTTER HISTORIADOR E O OFÍCIO DE ESTUDANTE PESQUISADOR(A)	
Edilson Aparecido Chaves	
Izabella Nodari Grassi	
Maria Julia Biesemeyer	
Mayumi Addad Ishida	
Stéphany Melnik dos Santos	
Vanessa Lopes Ribeiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100810	
CAPÍTULO 11	117
NO CHÃO DA ESCOLA: DIFICULDADES E BARREIRAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Edmilton Amaro da Hora Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100811	
CAPÍTULO 12	120
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100812	
CAPÍTULO 13	145
A ATUALIDADE DO DESAFIO DE INCLUSÃO DA TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO PARA	

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE

Valdenice de Araujo Prazeres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100813>

CAPÍTULO 14..... 163

ANALFABETISMO NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Bernard Pereira Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100814>

CAPÍTULO 15..... 175

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS DIGITAIS COMO RECURSO PEDAGÓGICO

Francinéia Ferreira Dias

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100815>

CAPÍTULO 16..... 187

ENSINO REMOTO E ESCAPE ESCOLAR: UMA VISÃO DOS FUTUROS DOCENTES DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (PRP) - QUÍMICA/FAEC

Sebastiana Vieira Siqueira

Maria Carolaine Aurélio Fernandes Rosendo

Lourival Rosa Pereira

Ana Lucia Rodrigues da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100816>

CAPÍTULO 17..... 192

PODCAST: SINTONIZANDO A QUÍMICA

Luiza Beatriz Bezerra de Sousa

Francisco Hermeson Bezerra Soares

Ana Heloisa de Sousa Cruz

Saulo Roberio Rodrigues Maia

Cosma Nayara Rosendo de Miranda Gusmão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100817>

CAPÍTULO 18..... 198

A UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA JAPONESA 5S PARA MELHORIA DA QUALIDADE DAS AULAS REMOTAS NO ENSINO PÚBLICO DURANTE A PANDEMIA COVID/19 EM ALAGOAS

Fábio Ferreira de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100818>

CAPÍTULO 19..... 209

O POSICIONAMENTO DOS HOTÉIS NO RIO DE JANEIRO COM BASE NAS ON-LINE TRAVEL REVIEWS (OTRS): UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Francisco Barbosa do Nascimento Filho

Murilo Henrique Barbiero Bogadão

Pedro Pimenta Barbosa do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100819>

CAPÍTULO 20..... 228

O TUCUPI NOS PERIÓDICOS DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX (1848-1899)

Guilherme Shitomi Akiyoshi

Sarah de Freitas Batista

Thaina Schwan Karls

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100820>

CAPÍTULO 21..... 246

GARIMPEIROS DE SERRA PELADA: HISTÓRIA, DIREITOS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

Daniel Marques Pinheiro

Deusdeth Nickson de Souza Vieira

Demilzete Maria da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100821>

CAPÍTULO 22..... 255

ASSÉDIO SEXUAL: A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO #METOO E AS SUAS IMPLICAÇÕES

Joab da Silva Lima

Sirley Leite Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98222100822>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 262

ÍNDICE REMISSIVO..... 263

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O TERRITÓRIO COMO FATOR DE RISCO OU PROTEÇÃO

Data de aceite: 01/08/2022

Data de submissão: 12/07/2022

Ana Paula Sthel Caiado

Universidade Federal do Espírito Santo,
Departamento de Psicologia Social e do
Desenvolvimento
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/5245715455050178>

Karool Malikouski de Amorim

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/3088353150306225>

Ana Carolina Borges Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória - ES
<http://lattes.cnpq.br/8862703734468600>

Ronison Loureiro Leppaus

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória - ES
<http://lattes.cnpq.br/6487759919234811>

Dafne Araújo Fontana

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória - ES
<http://lattes.cnpq.br/5526859341657743>

Karen de Araújo Pereira

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória - ES
<http://lattes.cnpq.br/5856443616004820>

Heitor Croce

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória - ES
<http://lattes.cnpq.br/2083526087344983>

RESUMO: O presente relato é fruto derivado do projeto de pesquisa denominado “Estado da Arte sobre a produção brasileira nos primeiros trinta anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” e tem como objetivo discutir os conceitos de risco psicossocial e territorialidade na perspectiva da promoção e proteção de crianças e adolescentes, em interlocução com o campo da saúde mental. O desenvolvimento humano, como campo de estudo das mudanças e estabilidades ocorridas no ciclo de vida, é contínuo e constantemente influenciado pelos fatores de risco e proteção. Os fatores de risco podem ser entendidos como comportamentos que possuem probabilidade de comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social dos indivíduos. Em contrapartida, os fatores de proteção podem ser classificados como as variáveis que modificam ou alteram as reações pessoais em face de algum risco ambiental que precede uma consequência que não compõem o escopo adaptativo do indivíduo. Por sua vez, o território pode ser entendido como o lugar da residência, onde a vida é manifestada e exercida com suas histórias, ações, anseios, forças e fraquezas, que, para além do contexto local, também sofre as influências de um contexto maior, englobando a conjuntura nacional e internacional (SANTOS, 1999). Assim, o território em que a criança e o adolescente estão inseridos pode ou não contribuir para a construção de fatores de proteção e de risco à saúde mental, levando em conta a intervenção do Estado nesse ambiente e a atuação da sociedade geral, com o fim de construir um local favorável ao pleno desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Risco; Proteção; Criança; Adolescente.

CONSIDERATIONS ABOUT THE DEVELOPMENT OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: THE TERRITORY AS A RISK OR PROTECTION FACTOR

ABSTRACT: This report is the result of the research project called “State of the Art on Brazilian production in the first thirty years of the promulgation of the Statute of children and adolescents (ECA)” and aims to discuss the concepts of psychosocial risk and territoriality from the perspective of the promotion and protection of children and adolescents, in dialogue with the field of mental health. Human development, as a field of study of changes and stabilities that occurred in the life cycle, is continuous and constantly influenced by risk and protection factors. Risk factors can be understood as behaviors that are likely to compromise the health, well-being or social performance of individuals. On the other hand, protective factors can be classified as variables that modify or alter personal reactions in the face of some environmental risk that precedes a consequence that does not make up the adaptive scope of the individual. In turn, the territory can be understood as the place of residence, where life is manifested and exercised with its histories, actions, longings, strengths and weaknesses, which, in addition to the local context, also suffers the influences of a larger context, encompassing the national and international conjuncture (SANTOS, 1999). Thus, the territory in which the child and adolescent are inserted may or may not contribute to the construction of protective and risk factors for mental health, taking into account the intervention of the State in this environment and the action of the general society, in order to build a place favorable to full development.

KEYWORDS: Territory; Risk; Protection; Child; Adolescent.

1 | INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi sancionado em 13 de julho de 1990, completando, assim, 3 décadas em 2020. A partir desse marco, foi desenvolvido um projeto de pesquisa, vinculado ao programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), cujo objetivo foi constituir um estado da arte sobre os fatores de risco e proteção psicossocial na infância e adolescência, durante a existência do Estatuto.

A pesquisa apresentou um leque de resultados com inúmeros temas relacionados ao desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente, com um enfoque especial às questões relacionadas à saúde, bem como, sua relação com o território. Ficou nítida em nossas análises uma relação muito próxima entre estes temas, pois a abordagem do risco sem referência ao contexto dificilmente ocorria. Estávamos diante de duas categorias conceituais extremamente amplas e entender suas nuances e interfaces tornou-se de fundamental importância. O presente artigo decorre portanto deste propósito ao buscar discutir, por meio de uma breve revisão da literatura, os conceitos de risco psicossocial e territorialidade na perspectiva da proteção integral de crianças e adolescentes, em interlocução com o campo da saúde, em especial, a saúde mental, como direito essencial à vida.

Considerando as múltiplas formas de se constituir a infância e a adolescência, infere-se que estes sujeitos devam ser investigados de acordo com seu contexto local específico, a fim de criar e executar ações que, de fato, estimulem a criança e o adolescente a compreenderem a importância de construir e compartilhar relações humanas, se sentir pertencente ao lugar em que está inserida, respeitar a natureza e o outro, bem como a construção de uma postura cidadã que tem consciência de seus direitos e deveres (BERBAT, BARROS, SILVA, 2015).

Parte-se, portanto, do entendimento de que é no território que se inserem os fatores protetivos e de riscos para o pleno desenvolvimento, uma vez que é nele onde ocorre o estabelecimento das redes socioculturais, sendo produto e produtor das relações humanas, da política, da cultura, dos signos e dos símbolos (SANTOS, 2002).

2 | FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PSICOSSOCIAL

As discussões acerca dos fatores que possam expor crianças e adolescentes a condições de vulnerabilidade e imprevisibilidade quanto ao seu pleno desenvolvimento, bem como os dispositivos e mecanismos que possam auxiliar na garantia da manutenção desse direito, como é assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em especial no seu Art. 7, que diz: “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”, tem ocupado, ainda que gradativamente, um importante espaço na academia. E é nesse contexto que exploraremos, como dito anteriormente, a relação de risco e proteção psicossocial e territorialidade, para tanto, algumas conceituações, que serão feitas adiante, mostram-se necessárias.

Como ponto de partida, alinhado com importantes autores da área (EISENSTEIN, SOUZA, 1993; MASTEN, COASTWORTH, 1995, apud SAPIENZA, PEDROMÔNICO, 2005), entendemos que os fatores de risco são constituídos por variáveis presentes em um ambiente ou em um determinado contexto que podem estimular a possibilidade de ocorrer algum efeito negativo ao desenvolvimento infantojuvenil. Onde, dentre essas variáveis, destacam-se os riscos relacionados ao funcionamento familiar, como todo tipo de violência doméstica e alcoolismo; os riscos acerca do local de moradia; os riscos apresentados com a ação policial ao combate ao tráfico de drogas e violência urbana; riscos à saúde; riscos acerca do trabalho infantil e exploração sexual; os riscos relacionados às próprias crianças e aos adolescentes; os riscos apresentados em instituições que os acolhem (SIERRA, MESQUITA, 2006); entre outros incontáveis cenários de vulnerabilidades que os mais variáveis contextos podem promover.

Em relação aos fatores de proteção, partiremos aqui do entendimento de que eles são recursos pessoais ou sociais que diminuem ou até mesmo neutralizam as

consequências da exposição às condições de risco, favorecendo o pleno desenvolvimento mesmo quando esta se torna extensa e prolongada (SAPIENZA, PEDROMÔNICO, 2005). Nesse contexto, algumas variáveis também se destacam como alternativas para a diminuição da vulnerabilidade e caminhos para o exercício da proteção, como o fato de considerar a criança e o adolescente como participantes ativos da sociedade, aptos a elaborar e propor políticas condizentes com suas demandas; mapeamento de regiões ou bairros a fim de identificar os possíveis fatores de risco presentes em cada território, considerando as particularidades de cada região e suas diferenças em relação a outros pontos da cidade; intervenção, acompanhamento e prestação de assistência adequada às famílias em contextos de risco; investir em desenvolvimento de competências que auxiliem os sujeitos a fim de superar as variáveis de risco ligadas a sua personalidade; entre outros (SIERRA, MESQUITA, 2006).

Diante das duas conceituações, observamos que os fatores de risco e de proteção estão diretamente relacionados ao nível de vulnerabilidade da criança e do adolescente no contexto em que está inserido. Partindo disso, ainda de acordo com Sierra e Mesquita (2006), podemos compreender que a interação entre vulnerabilidade e a garantia dos direitos para o bem-estar de crianças e adolescentes não está ligada a concepção de incapacidade desses sujeitos, mas em ações que têm o intuito de impedir com que esses indivíduos desfrutem da qualidade de vida.

Deste modo, então, compreendemos que as dificuldades ao pleno desenvolvimento estão intimamente ligadas, em especial, à desassistência e a falha de cobertura das políticas públicas, de promoção de saúde, cidadania e educação. Com isso, urge a necessidade de reavaliar as práticas públicas e privadas de proteção social, com o fim de tornar possível a produção de bem-estar tanto no contexto doméstico quanto no contexto público. Fato é que considerar tais fatores sem olhar para a materialidade das situações vivenciadas no cotidiano em articulação com os sentidos extraídos da realidade concreta das pessoas, é deter-se no campo do genérico, na abstração de um cuidado sem nome, sem endereço, sem história. Foi na expectativa de escapar a tamanha insipidez que apostamos na noção de território como estratégia de aproximação às experiências imediatas que dão contorno às ações, entendendo-o como o lugar onde a vida acontece e onde realmente as crianças encontrarão (ou não) as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento. Falaremos mais sobre isto no tópico seguinte.

3 | TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Como exposto, são muitos os fatores que trabalham para a promoção de bem estar ou para a exposição aos fatores de riscos, que podem vir a impactar o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. Entre estes, o território ganha destaque, principalmente pelo caráter heterogêneo de sua composição. O conceito de território pode ser reconhecido

pela sua amplitude de significados e aplicações, sendo usado nos mais variados campos de conhecimento, como a Geografia, as Ciências Sociais e Políticas, na Saúde Pública, entre outros.

Milton Santos (2009), defende que o território que habitamos e que utilizamos cotidianamente, não é apenas o espaço físico, repartido e compartimentado por fronteiras, mas sim, é o território usado, ou seja, o espaço historicizado, marcado pelos significados e signos atribuídos historicamente a ele.

O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS., 2009, p.8).

Isso posto, infere-se que o território não se dá de modo isolado, ele se entrelaça com as vivências, a identidade e a memória, e realiza junto às histórias e existências que o compõem. Ou seja, o território pode ser entendido como o lugar da residência, onde a vida é manifestada e exercida com suas histórias, ações, anseios, forças e fraquezas, e que, para além do contexto local, também sofre as influências de um contexto maior, englobando a conjuntura nacional e internacional. O território, então, é onde as redes de relações são estabelecidas, sendo produto e produtor das relações humanas, da política, da cultura, dos signos e dos símbolos (BUENO, 2009).

Apesar de associarmos a noção de território ao local de residência, Milton Santos (2006) nos apresenta essa categoria descolada da noção de habitação fixa, ampliando o conceito para pensarmos a mobilidade e o nomadismo da vida moderna. Os intensos e diários deslocamentos, fundamentais na contemporaneidade, sobrepõem o repouso, tornando-se praticamente uma regra, onde tudo, desde as pessoas, até as imagens, as ideias e as mercadorias, estão em constante e contínuo deslocamento. Tais características dão origem à desterritorialização que, para o presente autor, é definida como um evento de estranhamento em que o indivíduo se defronta com um espaço que não ajudou a criar, que lhe é estranho. Tal estranhamento pode não ser de todo desvantajoso, pois segundo ele “quanto mais instável e surpreendente for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta” (SANTOS, 2006, p. 224).

Por isso, quanto menos inserido o indivíduo é, mais fácil é a descoberta e maior a suscetibilidade a um novo saber, visto que cada novo lugar requer um novo processo de aprendizagem e formulação, o que possibilita a produção de novas histórias (e novos fluxos de desenvolvimento). Logo, considerando que o mundo consiste em um agrupamento de possibilidades que são alcançadas por oportunidades proporcionadas pelos lugares (SANTOS, 2006), é analisável que quanto mais rico em oportunidades for determinado território mais favorável ele será ao desenvolvimento das pessoas que o habitam ou que

por ele circulam.

Assim, mesmo diante da marcada amplitude do conceito de território, ele pode ser entendido como um espaço de proteção ou de risco para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, pois é por ele que esses sujeitos são possibilitados de circular ou não e, com isso, fundamentar suas relações com os pares e com o ambiente. Diante dessa constatação, o território também passa a ser passível de atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1999), pois este “é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente” (p. 9). O ECA, por sua vez, atua, em favor da manutenção da garantia de cinco Direitos Fundamentais, sendo eles: o direito à vida e à saúde; o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; o direito à convivência familiar e comunitária; o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e o direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Partindo desses pressupostos, o objetivo do tópico a seguir será a exposição do direito à vida e à saúde e a análise de sua consolidação no território.

4 | O DIREITO À VIDA E À SAÚDE NO TERRITÓRIO

Como apontado anteriormente, de acordo com o Art. 7º do ECA, “a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1999, p. 14), tal direito é universal, devendo assim, ser garantido a toda população em território nacional. Todavia, a desigualdade em saúde é uma realidade que atinge muitos brasileiros, podendo ser considerada como “situações que implicam algum grau de injustiça, isto é, diferenças que são injustas porque estão associadas a características sociais que sistematicamente colocam alguns grupos em desvantagem com relação à oportunidade de ser e se manter sadio” (BARATA, 2009, p. 12).

De acordo com pesquisas feitas pelo International Journal for Equity in Health (IJCIT - Fiocruz, 2016), que utilizaram dados fornecidos pela Pesquisa Nacional de Saúde ou Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2013, o Brasil está entre os países classificados com maior índice de desigualdade de renda do mundo, proporcionando uma generalização, também, nas desigualdades em saúde, mesmo após a criação do Sistema Único de Saúde, em 1990, e da expansão da atenção primária à saúde, por meio do Estratégia Saúde da Família (eSF), em 1994 (GUANAIS, 2015).

A fim de reduzir tal desigualdade, em 2003 foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), um programa ancorado no sistema de Assistência Social brasileiro e que possui três eixos principais: a complementação de renda, o acesso a direitos e a articulação com outras ações (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020). O principal foco do segundo eixo, ou seja, o acesso a direitos, é o fortalecimento do acesso à saúde e à educação pelas famílias

beneficiadas. Em relação à saúde, é solicitado às famílias o cumprimento do cronograma vacinal e o acompanhamento nutricional de crianças menores de 7 anos, bem como o acompanhamento das gestantes, por meio do pré-natal (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020). Ambas solicitações são atividades previstas no cuidado fornecido pelas equipes da Atenção Básica no território, e estão inseridas na eSF.

De acordo com Guanais (2015), a análise da interação dos dois programas, ou seja, o eSF e o PBF, “mostram que os incentivos financeiros estão associados ao aumento da utilização dos serviços de saúde, principalmente nas regiões mais pobres e para as populações mais pobres” (p. 598). Portanto, o combate a desigualdade social contribui significativamente para a diminuição das desigualdades em saúde.

Para além da mortalidade, a qualidade de vida também é fortemente afetada pelas desigualdades sociais produzidas e sustentadas em território nacional, já que, de acordo com um dos estudos produzido pelo International Journal for Equity in Health (SZWARCOWALD *et al*, 2016),

“ao combinar dados de autoavaliação do estado de saúde e mortalidade em um único indicador, a Expectativa de Vida Saudável, este estudo demonstrou a sobrecarga de saúde ruim vivenciada pelas populações das regiões menos ricas do Brasil” (SZWARCOWALD *et al*, 2016, p.1).

Aproximando ainda mais ao contexto que aqui desejamos abordar, ao pensar em saúde mental infantojuvenil e a sua consolidação no território, não podemos deixar de rememorar a sua recente história. A constar, os primeiros interesses em saúde mental são frutos da psiquiatria e eram referentes ao corpo adulto, conseqüentemente, as crianças e adolescentes que apresentavam comportamentos destoantes e inaceitáveis socialmente, recebiam o mesmo tratamento destinado a este público, ou seja, a institucionalização, por meio do asilamento e a reclusão em hospitais psiquiátricos (RIBEIRO, 2006).

Esse cenário só foi alterado com a Reforma Sanitária, a Reforma Psiquiátrica, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (FERNANDES *et al*, 2020). A partir de então, políticas de atenção psicossocial foram desenvolvidas e ampliadas para a cobertura do cuidado ao maior número de crianças e adolescentes, entre tais políticas, destacamos a eSF, abordada anteriormente, e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em especial um dos seus componentes, o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi).

A criação do CAPSi foi fundamental para a garantia de atendimento especializado e focado exclusivamente no público infanto-juvenil, podendo ser considerada como a primeira grande ação do Estado para a instituição de uma política de saúde mental para crianças e adolescentes efetiva e centralizada após a reforma psiquiátrica (COUTO, DELGADO, 2015). Em relação ao trabalho realizado nos CAPSi, eles são “compostos por equipes multiprofissionais, fundamentados na lógica da atenção diária, da intensividade do cuidado, do trabalho em rede e baseados na comunidade, visam à ampliação dos laços sociais

possíveis a cada um dos seus usuários e familiares (COUTO, DELGADO, 2015).

No entanto, pelo seu caráter ambicioso e pela complexidade da demanda na atenção psicossocial à crianças e adolescentes, a política apresenta alguns grandes desafios, entre eles, sendo o que mais nos interessa, o insuficiente número de CAPSi distribuídos pelo Brasil (GARCIA, SANTOS, MACHADO, 2015; TAÑO, 2014; REIS et al, 2012), onde, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2022), estão em funcionamento apenas 259 unidades voltadas para tal público. Outro ponto relevante é que a política estabelece que a implantação de novos CAPSi seja feita somente em cidades com população igual ou superior a 70 mil habitantes (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2016). Assim sendo, a população assistida pelo programa é reduzida e limitada, na maioria das vezes, aos grandes centros urbanos.

Além disso, é importante destacar que nos últimos anos o mecanismo da omissão, operado por parte do Estado, vem assumindo como uma diretriz política o desmonte de redes de serviço e políticas públicas como o Programa Bolsa Família; isso atravessa diretamente crianças e adolescentes já em situação de vulnerabilidade como: crianças e adolescentes moradoras de comunidades, indígenas, ribeirinhas ou quilombolas, pobres e pretas. Assim, esses sujeitos ainda não são contemplados pelas diretrizes do sistema único de saúde que estabelecem a universalidade do acesso, a integralidade do cuidado e a equidade da atenção; dessa forma acreditamos que para assegurar essas diretrizes na prática dentro desses territórios é preciso pensar nas articulações estruturais e conjunturais a que os indivíduos ou os grupos sociais já estão submetidos, valorizar os saberes, práticas e pluralidades dos agentes locais. Sempre pensando no sujeito como ser ativo e capaz de construir a sua rede de cuidados juntamente com a equipe de saúde.

5 | CONCLUSÃO

É consenso que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi um grande marco no que tange à efetivação dos direitos resguardados à população infanto-juvenil, na busca pela proteção integral desses indivíduos, bem como na busca pela redução dos riscos em que estão expostas cotidianamente. Todavia, alguns destes sujeitos ainda encontram-se vulneráveis a riscos que possam influenciar seu pleno desenvolvimento, enquanto outra parcela, que pode ser considerada como minoria, encontra-se ampara, na maioria das vezes, pelo bom funcionamento das políticas públicas e assistenciais.

Essa separação entre sujeitos mais ou menos protegidos, pode ser justificada por diversas condições, entre elas, o território, que, neste caso, pode ser compreendido como o território usado (SANTOS, 2009), ou seja, aquele construído por variáveis históricas, sociais, políticas, administrativas, econômicas, etc. Assim sendo, a efetivação das políticas e das leis, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser pensada especificamente para cada população que almeja atender, particularizando o

cuidado e personalizando as estratégias. É possível destacar ainda, que tais condições de segregação são produzidas e mantidas por um sistema de desigualdade de renda. Sendo necessário, então, a ampliação de tais políticas, como no caso da saúde mental, abordada anteriormente, para o atendimento de qualidade às crianças e adolescentes mais vulneráveis, com isso, urge a necessidade da implementação de mais Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil em território nacional.

Percebe-se, portanto, que risco e território são categorias que inevitavelmente se entrelaçam, dada a impossibilidade de se promover saúde e bem-estar sem considerar a realidade vivida. Torna-se evidente, então, que a manutenção integral do direito à proteção à vida e à saúde, está intimamente relacionado ao território de habitação e as condições dignas, ou não, que estes espaços promovem para o desenvolvimento pleno e sadio de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

Acesso à educação e saúde. Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

BARATA, Rita Barradas. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**, 2009. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/48z26/pdf/barata-9788575413913.pdf>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

BUENO, Paulo Henrique Carvalho. O Conceito De Território E Políticas Públicas: algumas reflexões. **UFMA**, 2006. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/10_povos/o-conceito-de-territorio-e-politicas-publicas-algumas-reflexoes.pdf>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS EM SAÚDE (CNES). Disponível em: <http://www.cnes.datasus.gov.br>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

COUTO, Maria Cristina Ventura ; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Psicologia Clínica**, v. 27, n. 1, p. 17–40, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/RSQnbmxPbbjDDcKKTdWSm3s/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi; MATSUKURA, Thelma Simões; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira; *et al.* Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 2, p. 725–740, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/PrkFtFhmLgTR9pLj8y4QnSk/?lang=pt>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

FONSECA, Franciele Fagundes; SENA, Ramony Kris R.; SANTOS, Rocky Lane A. dos; *et al.* As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258–264, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpp/a/Qtvk8gNNvtzhyqhDRtLX6R/>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

GARCIA, Grey Yuliet Ceballos; SANTOS, Darci Neves ; MACHADO, Daiane Borges. Psychosocial Care Centers for Children and Adolescents in Brazil: geographic distribution and user profile. **Cadernos de saúde pública**, v. 31, n. 12, p. 2649–54, 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26872240>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

GUANAIS, Frederico. The Combined Effects of the Expansion of Primary Health Care and Conditional Cash Transfers on Infant Mortality in Brazil, 1998–2010. **American Journal of Public Health**, v. 105, n. S4, p. S593–S599, 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4561609/>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

O que é. Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

Principais resultados: “A Panorama of Health Inequalities in Brazil.” ICICT - Fiocruz, 2016. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/content/principais-resultados-%E2%80%9Cpanorama-health-inequalities-brazil%E2%80%9D>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

REIS, Alberto Olavo Advincula; et al. **As crianças e os adolescentes dos centros de atenção psicossocial infantojuvenil.** São Paulo: Schoba, 2012. v. 1. 280 p.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História Da Saúde Mental Infantil: A Criança Brasileira Da Colônia À República Velha History Of Childhood Mental Health: Brazilian Child From Colony To Old Republic. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 1, p. 29–38, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/lj/pe/a/GjFSBSrN6CLgwN9k74t7YFr/?format=pdf&lang=pt>>.

TAÑO, Bruna Lidia. Universidade Federal De São Carlos Centro De Ciências Biológicas E Da Saúde Programa De Pós-Graduação Em Terapia Ocupacional (Capsi) E As Práticas De Cuidado Para As Crianças E Adolescentes Em Intenso Sofrimento Psíquico. **UFSCar**, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6882/5803.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufr.br/geographia/article/view/13360>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n.2, p. 209–216, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/lj/pe/a/stYqQ6cvpzPJRdqFwRr8NtH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.1, p. 148-155, 2006. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/cid-57482>> Acesso em: 17 Jan. 2022.

SZWARCWALD, Célia Landmann; JÚNIOR, Paulo Roberto Borges de Souza; MARQUES, Aline Pinto; et al. Inequalities in healthy life expectancy by Brazilian geographic regions: findings from the National Health Survey, 2013. **International Journal for Equity in Health**, v. 15, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://equityhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-016-0432-7>>. Acesso em: 17 Jan. 2022.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 255, 256, 258

A casa que Jack construiu 37, 38, 41, 42, 44, 45, 49, 50

Adolescente 34, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 114

Analfabetismo 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 241, 243

Aprendizagem histórica 9, 11, 105

Assédio sexual 255, 256, 257, 258, 259

Aulas remotas 198, 199, 200, 201, 204, 207

B

Brasil 21, 62, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 84, 85, 86, 90, 93, 96, 99, 100, 101, 102, 117, 119, 122, 129, 131, 133, 134, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 179, 185, 188, 191, 193, 194, 196, 204, 210, 213, 214, 224, 225, 226, 228, 230, 232, 234, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261

C

Censura 20, 22, 35

China 21, 36, 77, 82, 83, 188

Consequências 3, 46, 97, 156, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 183, 256

Contexto escolar 86, 117, 181, 184, 200, 203

Criança 56, 57, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 184, 185, 205

Cultura pop 15, 20

Curso de pedagogia 120, 121, 133, 141, 142, 145

D

Dança 56, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Danças brasileiras 86, 89

Deficiência 12, 117, 118, 119, 136

Demiurgia 37, 38, 44, 46, 49

Diário de campo 117, 118, 119

Dificuldades 57, 97, 117, 118, 119, 132, 134, 137, 169, 179, 188, 198, 201, 202, 246, 252

E

Educação 9, 18, 27, 34, 66, 67, 71, 77, 87, 88, 89, 90, 93, 97, 99, 102, 104, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 182, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 208, 243, 254, 262

Empoderamento 58, 63, 64, 68, 69, 70, 75, 76, 258, 259

Ensino 9, 10, 11, 13, 17, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 114, 117, 118, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 155, 157, 158, 160, 166, 168, 170, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 242, 262

Escrita 11, 21, 53, 54, 55, 56, 73, 106, 107, 117, 119, 130, 137, 154, 165, 166, 167, 172

Estética 1, 7, 39, 41, 43, 49, 50, 53, 54, 55, 56

Estudos interartes 37, 38, 51

Estudos literários 37

F

Feminismo 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 74, 75, 76

Figurino e política 20

Formação de professores 87, 120, 121, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 202

Fundadores 12, 77

G

Garimpeiro 246, 252

H

Harry Potter 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

História da educação 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 159, 166, 174

Historiografia educacional 120, 138

Hotéis 209, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226

I

Igualdade 63, 65, 68, 74, 75, 118, 150, 156, 166

Inclusão 58, 102, 117, 118, 119, 145, 146, 147, 148, 150, 159, 179

L

Literatura 9, 10, 11, 12, 16, 17, 37, 38, 39, 40, 43, 45, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 61, 62, 88, 95,

104, 105, 106, 113, 114, 137, 146, 174, 214, 215, 219, 223, 233, 248

M

Melhoria contínua 198

Método 5s 198, 200, 203, 207

Mídias sociais 209, 210, 211, 217, 218, 258, 260

Montante 246, 247, 250, 251, 252

Mudança estrutural 1

Mulher 21, 46, 47, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 108, 229

N

Narrativa complexa 1, 3

O

Online travel review 209, 210

P

Pandemia 9, 10, 105, 106, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 260

Periódicos 120, 121, 122, 123, 124, 131, 133, 228, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 248

Período medieval 9, 10, 11, 104, 106, 113

PIBID 86, 87, 88, 89, 91, 93, 192, 193, 194, 196, 198, 200, 202

Posicionamento 151, 152, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 225

Proteção 26, 78, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 171, 249, 260

Q

Química 9, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 242, 243

R

Rio de Janeiro 17, 18, 19, 36, 51, 52, 62, 74, 75, 76, 84, 93, 114, 115, 116, 160, 161, 162, 174, 185, 208, 209, 210, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 243, 244, 245

Risco 35, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 103, 112, 113

S

Século XIX 17, 65, 66, 113, 228, 230, 231, 234, 235, 237, 240, 241

Séries 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 21, 118, 204

Serra pelada 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254

Surdez 118, 119

T

Território 15, 22, 24, 57, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 235

The Untamed 20, 21, 22, 23, 24, 27, 35, 36

TICs 192, 193

Transcrição 37, 38, 39, 40, 51

Tripadvisor 209, 210, 211, 218, 219, 223, 225

Tucupi 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243

U

Utilização 72, 88, 100, 106, 130, 137, 139, 182, 183, 184, 193, 198, 199, 204, 209, 218, 228, 229, 230, 234, 235, 236, 238, 241

V

Vulnerabilidade 96, 97, 101

AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

